

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.104 - SP (2018/0297552-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE CACHOEIRA PAULISTA- SP
SUSCITADO : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE LORENA - SP
INTERES. : SANDRA APARECIDA DE SA CARVALHO REZENDE
ADVOGADO : JOSE ALBERTO BARBOSA JUNIOR - SP220654
INTERES. : MUNICIPIO DE CACHOEIRA PAULISTA

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE CACHOEIRA PAULISTA/SP, o suscitante, e o JUÍZO DO TRABALHO DE LORENA/SP, o suscitado.

Consta dos autos que foi interposta ação trabalhista por SANDRA APARECIDA DE SÁ CARVALHO REZENDE contra a Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, sob o argumento de que foi admitida, em 03/01/2005, sob o regime da CLT, para exercer o cargo em comissão de chefe de gabinete, tendo sido dispensada, sem justa causa, em 21/12/2012. Postula o recolhimento do FGTS e da multa de 40%.

A ação foi distribuída na Justiça Especializada, que, declinando da competência (e-STJ fl. 89), determinou o encaminhamento dos autos à Justiça Comum, que, por sua vez, suscitou o presente conflito (e-STJ fl. 40).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo conhecimento do conflito, para que seja declarado competente o Juízo suscitante (e-STJ fls. 98/103).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 34, XXII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o relator poderá "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Dito isso, a autora da reclamatória pleiteia valores correspondentes ao FGTS e multa de 40%, relativo ao período em que exerceu as funções do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, na Prefeitura de Cachoeira Paulista.

Nesse contexto, observo, de início, que não se olvida a existência de entendimento pacificado nesta Corte, firmado na Súmula 218 do STJ, que estabelece que "compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão".

Sem embargo disso, no entanto, as peculiaridades do caso concreto autorizam a inaplicabilidade do comando previsto na referida Súmula, tendo em vista que o vínculo entre a servidora e o ente municipal se desenvolveu na forma do regime celetista, conforme demonstra o registro em CTPS (e-STJ fls. 33/34) e o termo de rescisão do contrato de trabalho (e-STJ fl. 22).

Assim, há de ser fixada a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a ação reclamatória. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CARGO EM COMISSÃO. REGIME CELETISTA. OBSERVÂNCIA.

1. O entendimento pacificado no STJ, conforme enunciado da Súmula 218 do STJ, é de que "compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão".

2. Hipótese em que as peculiaridades do caso concreto autorizam a inaplicabilidade do comando previsto na referida Súmula, uma vez que a relação estabelecida entre o servidor, ocupante de cargo em comissão, e o ente municipal foi regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma prevista no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei municipal n. 1.962/2012, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no CC 154.408/SP, de minha relatoria, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/06/2018)

Em hipóteses semelhantes, cito as seguintes decisões monocráticas: CC 151.618/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, Primeira Seção, DJe 15/05/2017; e CC 153.695/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Primeira Seção DJe 08/09/2017.

Ante o exposto, com arrimo no art. 955, parágrafo único, I, do CPC/2015, CONHEÇO do conflito para declarar a competência do JUÍZO DO TRABALHO DE LORENA/SP, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator